



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA  
GABINETE DA PREFEITA

OFÍCIO GAB/PMI Nº 07 DE 13 DE JANEIRO DE 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor,


**Rogério Barbosa Mesquita**

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRAUCUBA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O MUNICÍPIO DE IRAUCUBA, representado pela Prefeita Municipal, Senhora **PATRÍCIA MARIA SANTOS BARRETO**, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, encaminhar a esta Augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei Municipal que **"INSTITUI O PROGRAMA BOLSA TRABALHO – PBT, REVOGA A LEI DE Nº 1.346 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018, LEI 1.364 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019 E A LEI DE Nº 1.511 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e elevada consideração.

  
**Patrícia Maria Santos Barreto**  
PREFEITA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE IRAUCUBA  
RUA WALMAR BRAGA, 723, CENTRO,  
IRAUÇUBA-CE

CNPJ: 02.353.380/0001-73

Recebi em 18 / 01 / 2023

Às 16 horas e 58 minutos.

**Jailson Araújo Moura**  
Chefe de Gabinete



Palácio Verde - Avenida Paulo Bastos, 1370, Centro - Irauçuba/CE, CEP: 62620-000

CNPJ: 076.831.88/0001-69



[gabinete@iraucuba.ce.gov.br](mailto:gabinete@iraucuba.ce.gov.br)

[www.iraucuba.ce.gov.br](http://www.iraucuba.ce.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE Nº 02/2023.**

A sua Excelência

**Rogério Barbosa Mesquita**

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA,

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência para escrutínio dessa digna Casa Legislativa o presente projeto de lei que **“INSTITUI O PROGRAMA BOLSA TRABALHO – PBT, REVOGA A LEI DE Nº 1.346 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018, LEI 1.364 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019 E A LEI DE Nº 1.511 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

**DA JUSTIFICATIVA:**

Assevera-se que a presente proposição é de grande valia para esta Municipalidade, haja a continuidade na busca por contribuir com o desenvolvimento escolar, familiar, social e de inserção de pessoas desempregadas no mercado de trabalho.

Como bem se sabe, o Programa “Bolsa Trabalho” oportuniza a seus beneficiários a chance de ter uma preparação profissionalizante, favorecendo uma instrução geral e prática apropriada à idade, para continuar e completar a educação recebida anteriormente; dar uma ideia do trabalho prático e desenvolver o gosto por ele e o interesse pela formação; revelar interesse, habilidades profissionais e favorecer a aptidão profissional ulterior.

Neste cenário, os beneficiários do Programa “Bolsa Trabalho” têm a chance de passar por uma qualificação profissional, suficiente para inseri-los no mercado de trabalho.

Na certeza de haver justificado a contento a imperiosa necessidade da aprovação do presente projeto de lei, desde já antecipamos votos de real estima e apreço.

Palácio Verde, Irauçuba-CE, em 13 de janeiro de 2023.

  
**Patrícia Maria Santos Barreto**  
PREFEITA MUNICIPAL





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**PROJETO DE LEI Nº 02 DE 13 DE JANEIRO DE 2023.**

**“INSTITUI O PROGRAMA BOLSA TRABALHO – PBT, REVOGA A LEI DE Nº 1.346 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018, LEI 1.364 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019 E A LEI DE Nº 1.511 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**A PREFEITA DE IRAUÇUBA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 64, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Irauçuba, APRESENTA o seguinte projeto de Lei a esta prola Casa Legislativa:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa “Bolsa Trabalho” – PBT, no Município de Irauçuba, com o objetivo de estimular a inserção socioeconômica de pessoas pertencentes a famílias de baixa renda no mercado de trabalho, promovendo aquisição de experiência profissional.

**Art. 2º.** Os objetivos do Programa são:

- I- Propiciar o resgate da cidadania de pessoas que pertençam a famílias de baixa renda;
- II- Propiciar aos participantes capacitação adicional e qualificação profissional;
- III- Potencializar uma maior integração socioeconômica;
- IV- Fomentar o autodesenvolvimento pessoal e profissional;
- V- Gerar renda nos bairros, localidades e distritos;
- VI- Preparar pessoas para o mercado de trabalho.

**Art. 3º.** O Programa Bolsa Trabalho-PTB consistirá:

- I- Na concessão de auxílio pecuniário, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser renovado de acordo com a necessidade da Administração Pública.
- II- A duração do trabalho do bolsista não excederá 06 (seis) horas diárias.
- III- Na participação em capacitações adicionais, que serão ministradas pelos órgãos municipais ou por entidades conveniadas ou parceiros desta municipalidade.

**Parágrafo único.** O pagamento do auxílio pecuniário será feito mediante crédito bancário, em nome do beneficiário do Programa Bolsa Trabalho – PBT.

**Art. 4º.** Para habilitar-se no Programa Bolsa Trabalho - PBT, o beneficiário deverá preencher os seguintes requisitos, cumulativamente:

- I- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- II- Não estar recebendo seguro-desemprego;
- III- Comprovar que é residente e domiciliado no Município de Irauçuba há mais de 1 (um) ano;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA**  
**GABINETE DA PREFEITA**

IV- Pertencer à família de baixa renda, cujos membros tenham rendimento bruto mensal *per capita* igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo nacional vigente, computando-se a totalidade dos rendimentos brutos dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de qualquer natureza, incluindo-se os benefícios e valores concedidos por órgãos públicos ou entidades particulares, incluindo-se, ainda, o auxílio pecuniário instituído por este Programa, já percebido por membro do mesmo núcleo familiar;

V- Assinar Termo de Compromisso e Responsabilidade, declarando ter conhecimento das regras do Programa, às quais se sujeitará, sob pena de sofrer as sanções previstas no artigo 9º, § 1º, desta lei;

§ 1º. Para efeitos do Programa Bolsa Trabalho, considera-se como família o núcleo de pessoas formado por, no mínimo, um dos pais ou responsável legal, filhos e/ou dependentes que estejam sob tutela ou guarda, devidamente formalizados pelo juízo competente, bem como parentes ou outros indivíduos que residam com o grupo sob o mesmo teto e contribuam economicamente para a sua subsistência.

§ 2º. Para o enquadramento na faixa etária, considera-se a idade do beneficiário em números de anos completos até o dia do ano em que ocorrer seu cadastramento no Programa.

Art. 5º. A aferição da renda e dos demais requisitos para a concessão do beneficiário será realizada quando do cadastramento inicial e em qualquer fase do programa.

Art. 6º. Para assegurar sua permanência no Programa Bolsa Trabalho – PBT, o beneficiário, além de cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 4º desta lei, deverá:

- I – Manter frequência de 90% (noventa por cento) no local onde foi designado;
- II – Cumprir a carga horária de capacitação adicional e qualificação profissional;
- III – Não ultrapassar o limite de faltas estipuladas no edital ou Termo de Compromisso e Responsabilidade.

IV – Não ter avaliação, aplicada pelo supervisor, inferior a 70% (setenta por cento), por 02 (dois meses) consecutivos.

**Parágrafo único.** A participação no Programa não gerará quaisquer vínculos empregatícios ou profissionais entre o beneficiário e o Município de Irauçuba.

Art. 7º. O Programa Bolsa Trabalho-PTB priorizará os beneficiários pertencentes as famílias em situação de vulnerabilidade social, observando-se os seguintes critérios, sem prejuízo do atendimento ao disposto no art. 4º desta lei:

- I – Menores faixas de renda bruta familiar *per capita*;
- II – Formação escolar com certificação no ensino médio;
- III – Famílias com filhos e/ou dependentes com idade até 23 (vinte e três) meses, em estado de desnutrição;
- IV – Famílias com filhos e/ou dependentes portadores de necessidades especiais;
- V – Famílias monoparentais;
- VI – Famílias com maior número de filhos e/ou dependentes menores de 20 (vinte) anos;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA**  
**GABINETE DA PREFEITA**

VII – Famílias com filhos e/ou dependentes sob medidas específicas de proteção ou socioeducativas, previstas, respectivamente, nos artigos 99 a 102 e 112 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VIII – Famílias com dependentes idosos ou pessoas com deficiência.

IX – Condições de moradia.

**Art. 8º.** A concessão dos benefícios previstos no artigo 3º será interrompida se:

I – O beneficiário obtiver ocupação remunerada;

II – O beneficiário tiver frequência inferior a 90% (noventa por cento) do desenvolvimento de suas atividades, sem justificativa acompanhada de documento comprobatório;

III – Forem descumpridos quaisquer dos requisitos previstos nos artigos 4º e 6º, ou desatendidas as cláusulas firmadas no edital ou Termo de Compromisso e Responsabilidade;

IV – A renda bruta familiar *per capita* ultrapassar o limite estabelecido no inciso IV do artigo 4º desta lei.

**Parágrafo único.** Nos casos de restauração das condições previstas nos artigos 4º e 6º desta lei, a concessão dos benefícios poderá ser restabelecida, mas sem direito a pagamento retroativo.

**Art. 9º.** Será excluído do Programa Bolsa Trabalho-PTB, pelo prazo de 05 (cinco) anos, ou definitivamente, se reincidente, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de qualquer meio ilícito para a obtenção de vantagens.

**§ 1º.** Na hipótese de recebimento ilícito do auxílio, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o beneficiário será obrigado a efetuar o ressarcimento integral da importância recebida indevidamente, corrigido na forma da legislação municipal aplicável.

**§ 2º.** Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou parceira que concorra de forma dolosa para a concessão ilícita do benefício, aplicam-se sem prejuízo das sanções civis, penais, e administrativas cabíveis, multa equivalente ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigidos na forma prevista na legislação municipal aplicável.

**Art. 10º.** O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público, bem como estabelecer parcerias com empresas particulares e entidades de direito privado, patronais, ONG's e sindicais, visando ao desenvolvimento das atividades relativas ao Programa de que trata esta lei.

**Parágrafo único.** Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas interessadas em financiar o Programa Bolsa Trabalho-PTB.

**Art. 11º.** O Programa Bolsa Trabalho-PTB ficará a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o monitoramento ficará sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, que terá por atribuição o contínuo acompanhamento, a avaliação e a formulação de sugestões visando ao aperfeiçoamento deste Programa.

*Rm3*







**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA**  
**GABINETE DA PREFEITA**

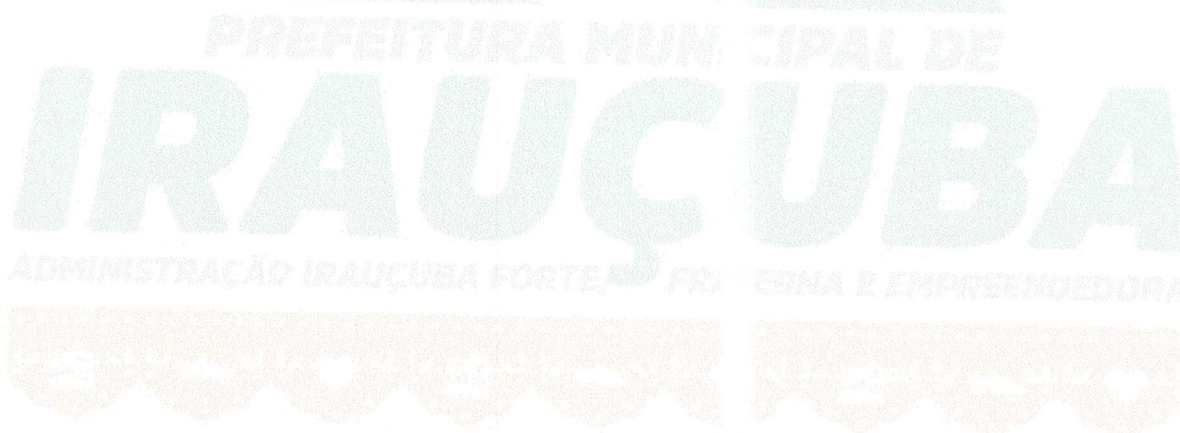
**Art. 12º.** O Programa será desenvolvido durante todo o ano, tanto para inscrições como para execução.

**Art. 13º.** As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 14º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e expressamente a Lei nº 1.346 de 30 de outubro de 2018, Lei nº 1.364 de 05 de fevereiro de 2019 e a Lei nº 1.511 de 02 de fevereiro de 2021.

Palácio Verde, Irauçuba-CE, em 13 de janeiro de 2023.

  
**Patrícia Maria Santos Barreto**  
PREFEITA MUNICIPAL



Palácio Verde - Avenida Paulo Bastos, 1370, Centro - Irauçuba/CE, CEP: 62620-000

CNPJ: 076.831.88/0001-69



[gabinete@iraucuba.ce.gov.br](mailto:gabinete@iraucuba.ce.gov.br)

[www.iraucuba.ce.gov.br](http://www.iraucuba.ce.gov.br)







**GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUCUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 1.346/2018, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.**

O presente ato administrativo foi publicado por emenda no flanelógrafo em 30/10/18 nos termos como recomendada a decisão do STJ proferida no Recurso Especial nº 105.232/2006 (3ª Turma), tendo em vista a ausência do Diário Oficial.

IRAUCUBA 30/10/18  
Gabinete do Prefeito

**"INSTITUI O PROGRAMA "BOLSA-TRABALHO" NO MUNICÍPIO DE IRAUCUBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE IRAUCUBA, RAIMUNDO NONATO SOUZA SILVA,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 64, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Irauçuba.

Faz saber que a Câmara Municipal de Irauçuba aprovou e eu, **RAIMUNDO NONATO SOUZA SILVA**, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa "Bolsa-Trabalho" - PBT, no Município de Irauçuba, com o objetivo de estimular a inserção socioeconômica de pessoas no mercado de trabalho e que venham adquirir experiência profissional, pertencentes a famílias de baixa renda.

**Art. 2º** - Os objetivos do Programa são:

I - propiciar o resgate da cidadania de pessoas que pertençam a famílias de baixa renda;

II - propiciar aos participantes capacitação adicional e qualificação profissional;

III - potencializar uma maior integração socioeconômica;

IV - fomentar o autodesenvolvimento pessoal e profissional;

V - gerar renda nos bairros, localidades e distritos;

*Raimundo Nonato Souza Silva*





**GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUÇUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**VI** - preparar pessoas para o mercado de trabalho.

**Art. 3º** - O Programa "Bolsa-Trabalho" consistirá:

**I** - na concessão de auxílio pecuniário, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e este será pelo prazo máximo de 03 (três) meses, podendo ser renovável por igual período;

**II** - A duração do trabalho do bolsista não excederá seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada;

**III** - a participação em capacitação adicional, serão ministradas pelos órgãos municipais ou por entidades conveniadas ou parceiros desta municipalidade.

**Parágrafo único** - O pagamento do auxílio pecuniário será feito mediante crédito bancário, em nome do beneficiário do Programa "Bolsa-Trabalho" - PBT, assistido por seu representante legal.

**Art. 4º** - Para fins do Programa "Bolsa-Trabalho" - PBT, será considerado beneficiário pessoas de idade mínima de 18 (dezoito) anos, que não exerça atividade remunerada ou esteja desempregado, não possua rendimentos próprios, pertença a família de baixa renda e com ela resida no Município de Irauçuba há mais de 2 (dois) anos.

**Art. 5º** - Para habilitar-se no Programa, o beneficiário deverá preencher os seguintes requisitos, cumulativamente:

**I** - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**II** - estar desempregado há mais de 6 (seis) meses e não estar recebendo o seguro desemprego;

**III** - não ter rendimentos próprio;





**GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUÇUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**IV** - comprovar que é residente e domiciliado no Município de Irauçuba há mais de 2 (dois) anos;

**V** - pertencer a família de baixa renda, cujos membros tenham rendimento bruto mensal per capita igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional vigente, computando-se a totalidade dos rendimentos brutos dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de qualquer natureza, incluindo-se os benefícios e valores concedidos por órgãos públicos ou entidades particulares, excetuado apenas o benefício instituído por este Programa;

**VI** - assinar Termo de Compromisso e Responsabilidade, declarando ter conhecimento das regras do programa, às quais se sujeitará, sob pena de sofrer as sanções previstas no artigo 10, § 1º, desta lei.

**§ 1º** - Para efeitos do Programa "Bolsa-Trabalho", considera-se como família o núcleo de pessoas formado por, no mínimo, um dos pais ou responsável legal, filhos e/ou dependentes que estejam sob tutela ou guarda, devidamente formalizados pelo juízo competente, bem como parentes ou outros indivíduos que residam com o grupo sob o mesmo teto e contribuam economicamente para a sua subsistência.

**§ 2º** - Para o enquadramento na faixa etária, considera-se a idade do beneficiário em números de anos completados até o dia do ano em que ocorrer seu cadastramento no Programa.

**Art. 6º** - A aferição da renda e dos demais requisitos para a concessão do benefício será realizada quando do cadastramento inicial e em qualquer fase do programa.

**Art. 7º** - Para participar do Programa "Bolsa-Trabalho" - PBT, o beneficiário, além de cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 5º desta lei, deverá:





**GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUÇUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

I - manter frequência de 90% (noventa por cento) no local onde foi designado;

II - cumprir a carga horária fixada capacitação adicional e qualificação profissional;

III - não ultrapassar o limite de faltas estipuladas no Termo de Compromisso e Responsabilidade.

**Parágrafo único** - A participação no Programa não gerará quaisquer vínculos empregatícios ou profissionais entre o beneficiário e a Prefeitura do Município de Irauçuba.

**Art. 8º** - O Programa "Bolsa-Trabalho" será implantado gradativamente, priorizando os beneficiários pertencentes a famílias em situação agravante de pobreza, observando-se os seguintes critérios, sem prejuízo do atendimento ao disposto no artigo 5º desta lei:

I - menores faixas de renda bruta familiar per capita;

II - menor grau de escolaridade do beneficiário;

III - famílias com filhos e/ou dependentes com idade até 23 (vinte e três) meses, em estado de desnutrição;

IV - famílias com filhos e/ou dependentes portadores de necessidades especiais;

V - famílias monoparentais;

VI - famílias com maior número de filhos e/ou dependentes menores de 20 (vinte) anos;





**GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUÇUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**§ 1º** - Na hipótese de recebimento ilícito do auxílio, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o beneficiário, assistido por seu representante legal, será obrigado a efetuar o ressarcimento integral da importância recebida indevidamente, corrigida na forma a legislação municipal aplicável.

**§ 2º** - Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou parceria que concorra para a concessão ilícita do benefício, aplicam-se sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis, multa equivalente ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigidos na forma prevista na legislação municipal aplicável.

**Art. 11º** - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público, bem como estabelecer parcerias com empresas particulares e entidades de direito privado, patronais, ong's e sindicais, visando ao desenvolvimento das atividades relativas ao Programa de que trata esta lei.

**Parágrafo único** - Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas interessadas em financiar o Programa.

**Art. 12º** - O Programa "Bolsa-Trabalho" ficará a cargo da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, sob a coordenação do Secretário do Desenvolvimento Econômico, a que caberá estabelecer normas e procedimentos para sua implementação, controle, acompanhamento e fiscalização.

**Art. 13º** - O Programa "Bolsa-Trabalho" contará com uma Comissão de Apoio, presidida pelo Secretário do Desenvolvimento Econômico, constituída por titulares ou representantes de órgãos governamentais e não-governamentais, definida em decreto.





**GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUCUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º - A Comissão mencionada no caput deste artigo terá por atribuições o contínuo acompanhamento, a avaliação e a formulação de sugestões visando ao aperfeiçoamento do Programa "Bolsa-Trabalho".

§ 2º - As atividades exercidas pelos membros da Comissão serão consideradas de relevância pública, não sendo remuneradas.

§ 3º - O Executivo poderá constituir Colegiados Regionais de Desenvolvimento, a critério e mediante iniciativa do Secretário do Desenvolvimento Econômico, com a participação das unidades regionais ou locais das diversas secretarias e órgãos afetos ao Programa, bem como de representantes da sociedade civil, observado o disposto nos parágrafos anteriores.

**Art. 14º** - O Programa será desenvolvido durante todo o ano, tanto para inscrições como para execução.

**Art. 15º** - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 16º** - Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação.

**Art. 17º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete da Prefeitura Municipal de Irauçuba**, aos 30 dias do mês de Outubro de 2018.

**Raimundo Nonato Souza Silva**  
Prefeito Municipal





**GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUÇUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE LEI MUNICIPAL**

Eu, **MARIA IRLANI TEIXEIRA SOUSA**, Chefe de Setor de Publicações dos Atos Administrativos, no uso de suas atribuições legais, **DECLARO** para os devidos fins que, a Lei nº 1.346 de 30 de outubro de 2018, Que "**INSTITUI O PROGRAMA "BOLSA-TRABALHO" NO MUNICÍPIO DE IRAUÇUBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**", foi **PUBLICADA** por meio de afixação no Mural da Prefeitura na presente data, sendo mantido em exposição pelo prazo de 30 (trinta) dias.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2018.**

**MARIA IRLANI TEIXEIRA SOUSA**

**CHEFE DO SETOR DE PUBLICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**





**GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUÇUBA**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**LEI Nº 1.511, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.**

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A AUMENTAR O VALOR DO AUXÍLIO PECUNIÁRIO NO PROGRAMA “BOLSA-TRABALHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 64, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Irauçuba. Faz saber que a Câmara Municipal de Irauçuba aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica revogado o artigo 1º da Lei nº 1.364, de 05 de Fevereiro de 2019.

**Art. 2º.** Altera o inciso I do artigo 3º da Lei de nº 1.346, de 30 de Outubro de 2018, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**“Art.3º.(...)**

**I-Na concessão de auxílio pecuniário, no valor de R\$ 500,00(quinhentos reais), e este poderá ser pelo prazo máximo de 06(seis) meses, podendo ser renovado por igual período;”**

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**Palácio Verde, Irauçuba-CE, em 02 de fevereiro de 2021.**

**Patrícia Maria Santos Barreto**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

